



AÇÕES COLETIVAS.

LEAL, Márcio Flávio Mafra. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

* Por **João Otávio de Noronha**

Ações coletivas no Brasil, do talentoso Juiz Federal Márcio Mafra, é uma dessas raras obras jurídicas que, ao propor novos elementos de informação e investigação ao estudo da temática abordada, contribuem para o efetivo aprimoramento da cultura do direito no contexto das relações entre jurisdicionado, judiciário e sociedade.

Conheci Márcio Mafra ao assumir, em meados de 2011, a Corregedoria do Conselho da Justiça Federal (CJF). Ele que, naquela ocasião, assessorava o ministro corregedor que me antecedeu, apresentou-se então a mim com o intuito de informar que, concluídos os trabalhos daquela gestão, pretendia deixar o CJF para retornar às atividades judicantes em sua vara de origem.

Já naquele primeiro contato, pude perceber o extremo comprometimento do jovem magistrado com as questões afetas à magistratura. É bem verdade que ainda não conhecia a dimensão do seu potencial intelectual, o real alcance da sua genialidade, o zelo, o profissionalismo, qualidades que só posteriormente, na prática dos trabalhos e na convivência diária, tornaram-se evidentes. A primeira impressão, todavia, foi suficiente para me levar a convencê-lo a permanecer no CJF, no período do meu mandato – o que, de fato, ocorreu. A partir dali, sedimentou-se minha admiração e respeito pelo jurista, surgindo, de forma natural, uma amizade sincera que me cativou definitivamente.

Pois bem, é esse profissional, fluente em diversos idiomas, mestre em Direito e Estado pela UnB, doutor em Processo Civil pela Universidade

Albert Ludwigs, em Friburgo-Alemanha, com diversos trabalhos já publicados, que divulga agora novo estudo sobre tema tão atual e relevante para os operadores do Direito.

A obra oferece visão ampla das ações coletivas no Brasil sob o ponto de vista teórico e dogmático, sem perder de vista a dimensão política, econômica e histórica do instituto. Trata com desenvoltura de seus dois grandes gêneros: a ação coletiva para tutela dos interesses públicos e difusos – que abrange, entre outras, a ação popular (art. 5º, LXXIII, da CF), a coletiva para tutela de interesses difusos (Lei 7.347/1985 e art. 81, parágrafo único, I, da Lei 8.078/1990), a ação de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992) e a ação direta de inconstitucionalidade e declaratória de constitucionalidade (art. 102, I, a, da CF) – e a ação coletiva para tutela de interesses individuais – Leis 8.078/1990 (art. 81, parágrafo único, II e III) e 7.913/1989 –, cujo viés típico de Direito privado remete, em geral, a pedidos de natureza indenizatória ou de cumprimento de contratos.

Confere especial destaque aos aspectos referentes à legitimidade para agir, à coisa julgada e aos demais pontos influenciados por esse binômio, sem descuidar da análise dos textos legais informativos do instituto, bem como da jurisprudência correspondente e do direito comparado.

A abordagem surpreende não apenas pela clareza de apontamentos, mas também pela precisa feição didática. Entrecruzam-se visão crítica e juízo construtivo, de modo que o leitor vê-se levado a aproximar-se, em prazerosa investigação, da essência dos conceitos trabalhados.

O autor discorre, com rara perspicácia, sobre as características comuns aos dois gêneros de ações coletivas, com ênfase nos efeitos dos respectivos comandos sentenciários; sobre as origens da tutela coletiva, desde o direito romano (“ação popular romana”) até a concepção moderna, que, no Brasil, tem suas raízes na Lei 6.938/1981. Culmina com a abordagem impecável das nor-

mas e princípios estabelecidos na Lei de Ação Civil Pública (Lei 7.347/1985) e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), as quais, comunicando-se entre si, instituíram verdadeiro sistema de proteção processual à coletividade brasileira.

Trata-se, portanto, de um trabalho de altíssima qualidade jurídica, cuja leitura se faz obrigatória para todos os interessados em conhecer, mais detalhadamente, as particularidades de um tema tão especial para a comunidade jurídica e tão relevante para todos os brasileiros.

***João Otávio de Noronha** é Ministro do Superior Tribunal de Justiça.